

## **CONFLITO E INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS DE ACAUÃ/PB (2000) e DE OITICICA/RN (2013)**

Anna Karollinne Lopes Cardoso. Universidade Estadual da Paraíba  
José Gomes Ferreira. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### **1) Introdução**

A resposta à crise ambiental, embora se apresente como um imperativo global de adaptação e mitigação dos impactos climáticos, tem contribuído para agravar situações de vulnerabilidade social e conflito territorial, sobretudo entre populações historicamente marginalizadas. A implementação de grandes empreendimentos de infraestrutura hídrica, como as barragens, ilustra esse paradoxo ao evidenciar a tensão entre o discurso da sustentabilidade e as práticas de gestão baseadas em modelos tecnocráticos e centralizados. Tais obras, frequentemente legitimadas sob a justificativa de garantir segurança hídrica e desenvolvimento regional, reproduzem lógicas excludentes e hierarquizadas de tomada de decisão, que negligenciam a participação efetiva das comunidades afetadas e desconsideram suas dimensões culturais, ambientais e simbólicas.

No contexto do semiárido nordestino, essa contradição assume contornos ainda mais complexos. A persistência do paradigma hidráulico, centrado na construção de grandes reservatórios e no controle físico da água, sobrepõe-se à abordagem socioambiental, que reconhece a convivência com o semiárido e valoriza saberes locais e práticas comunitárias. Essa hegemonia técnica reflete uma visão de desenvolvimento que privilegia soluções de engenharia em detrimento de processos participativos e sustentáveis, reiterando padrões históricos de exclusão e injustiça socioambiental.

Nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, os casos das barragens de Acauã e Oiticica, respectivamente, constituem exemplos emblemáticos desse processo de

transição paradigmática, marcado pela tentativa de reconciliação entre os imperativos do desenvolvimento e as demandas por justiça social. Ambos os empreendimentos se inscrevem em um contexto histórico de reconfiguração da política hídrica nordestina, mas foram acompanhados por forte resistência social e disputas políticas em torno da posse da terra, do acesso à água e da reparação aos atingidos.

As principais controvérsias associadas a essas obras incluem o deslocamento forçado de comunidades rurais e tradicionais (Cardoso, 2025), a ausência de mecanismos adequados de indenização e reassentamento (Ferreira; Gomes; Knox, 2023) e a limitação do acesso equitativo à água, que, em muitos casos, continua concentrada nas mãos de grandes produtores e setores industriais (Moreira, 2017). Tais fatores contribuem para a perpetuação de um cenário de invisibilidade política e injustiça hídrica, no qual os benefícios da modernização são apropriados por poucos, enquanto os custos socioambientais são suportados pelas populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, a análise desses processos evidencia que a adaptação à crise ambiental não pode ser compreendida apenas como uma questão técnica ou de gestão de recursos naturais, mas como um campo de disputa política e ética, no qual se confrontam modelos de desenvolvimento e visões de mundo antagônicas. A transição para uma governança ambiental mais democrática e inclusiva requer, portanto, o reconhecimento das comunidades locais como atores legítimos de decisão, portadores de conhecimento e de direitos, e não apenas como beneficiários passivos de políticas públicas.

## **2) Objetivo Geral e Específicos**

O objetivo geral da obra centra-se em analisar, sob a perspectiva da governança socioambiental, os processos de construção e gestão das barragens de Acauã (Paraíba) e Oiticica (Rio Grande do Norte), identificando como os diferentes contextos políticos, institucionais e sociais influenciaram os conflitos, as respostas governamentais e as estratégias de resistência comunitária, à luz das discussões sobre justiça hídrica e participação social na adaptação às mudanças climáticas.

Como forma de alcançar o objetivo central, o estudo se divide em três objetivos específicos, sendo eles: i) Analisar os contextos históricos, políticos e institucionais que

orientaram a construção das barragens de Acauã (PB) e Oiticica (RN), identificando as dinâmicas de conflito e vulnerabilidade socioambiental associadas a esses empreendimentos; ii) Comparar as respostas governamentais e comunitárias diante dos impactos socioambientais, com ênfase nas estratégias de compensação, nos mecanismos de participação social e nas formas de resistência das populações atingidas; e iii) Avaliar as implicações desses processos para o fortalecimento da governança hídrica e ambiental, discutindo em que medida as experiências analisadas contribuem para a promoção de uma gestão mais democrática, inclusiva e justa dos recursos naturais.

### **3) Metodologia**

A proposta é de um estudo comparativo dos processos que conduziram à construção das Barragens de Acauã, na Paraíba (Cardoso, 2025), e de Oiticica, no Rio Grande do Norte (Moreira, 2017; Ferreira; Gomes; Knox, 2023; Ferreira, 2024). Para tal, procedemos à consulta de fontes documentais, revisão analítica da literatura, análise de artigos publicados na mídia nos jornais de referência dos dois estados e realização de visitas de campo, que incluíram registros fotográficos e entrevistas com membros das comunidades deslocadas. Havendo uma preocupação por parte dos decisores no sentido de responder à escassez hídrica e controle de cheias nos municípios do entorno das duas barragens, a pesquisa tem igualmente carácter histórico, aprofundando a análise dos conflitos que atravessam os processos desde a fase de projeto até à inauguração, destacando a presença dos diferentes atores institucionais e como o próprio conflito assume várias facetas a partir do surgimento de movimentos dos atingidos.

### **4) Resultados e Discussões**

O artigo busca analisar os aspectos históricos e sociopolíticos que marcaram a construção de duas importantes barragens localizadas em estados vizinhos da região Nordeste — Acauã, na Paraíba, e Oiticica, no Rio Grande do Norte. Ao revisitar esses processos, pretende-se evidenciar as múltiplas dimensões que atravessaram os conflitos socioambientais desencadeados por tais empreendimentos, destacando como as disputas

por território, recursos hídricos e reconhecimento político se articulam com a emergência da pauta climática e com a necessidade de se repensar os modelos de infraestrutura e governança ambiental adotados no país. Nesse sentido, a análise confere ênfase à importância crescente da participação social e da inversão dos processos de vulnerabilização histórica que recaem sobre comunidades atingidas por políticas de desenvolvimento de caráter excludente e verticalizado.

O estudo revela que, embora as duas experiências apresentem semelhanças estruturais quanto à origem dos conflitos — notadamente relacionados à desapropriação, ao deslocamento forçado e à ausência de reparação justa —, as respostas institucionais e comunitárias diferiram significativamente em função dos contextos políticos locais, da correlação de forças entre os atores envolvidos e do grau de organização das populações atingidas. Essa diferenciação evidencia que as dinâmicas territoriais e as estratégias de resistência das comunidades são profundamente moldadas pelas especificidades históricas e institucionais de cada estado, refletindo distintos modos de interação entre Estado e sociedade civil na gestão dos impactos socioambientais.

No caso da barragem de Acauã, a resposta mais expressiva por parte do governo estadual materializou-se na criação do Projeto Agrovila Águas de Acauã, concebido como uma tentativa de reparar parte dos danos causados pelo deslocamento compulsório das famílias. O projeto previu a construção de unidades habitacionais e a concessão de 1,5 hectare de terra por família, destinada à produção agrícola e à criação de pequenos animais, buscando garantir condições mínimas de subsistência e recomposição produtiva. Entretanto, passadas mais de duas décadas desde sua implantação, observa-se que a iniciativa ainda não foi completamente concluída, permanecendo com deficiências estruturais, baixo apoio técnico e limitado acompanhamento das políticas de reocupação territorial. Tal situação evidencia a fragilidade dos mecanismos de execução e monitoramento das políticas públicas compensatórias, bem como a distância entre o discurso institucional e a efetividade das ações implementadas.

Por outro lado, a barragem de Oiticica, localizada no município de Jucurutu, no Rio Grande do Norte, apresenta uma configuração distinta. Desde o início do processo, as

comunidades afetadas conseguiram articular-se politicamente e demandar do poder público a inclusão de um projeto que contemplasse não apenas o reassentamento físico, mas também o reordenamento produtivo e comunitário das famílias deslocadas. Em resposta, o governo potiguar incorporou a proposta de construção à reestruturação das atividades econômicas locais, à geração de renda e à recomposição das redes sociais rompidas. Essa exigência representou um avanço em relação à tradicional abordagem compensatória, ao propor uma perspectiva mais participativa e inclusiva, ainda que sua implementação também enfrente entraves burocráticos e limitações orçamentárias.

Dessa forma, a comparação entre os casos de Acauã e Oiticica permite compreender como a governança dos recursos hídricos e a adaptação às mudanças climáticas se entrelaçam com as disputas por justiça social e territorial. Ambos os processos demonstram que, embora os discursos oficiais sobre sustentabilidade e adaptação climática enfatizem o progresso e a modernização, na prática persistem assimetrias de poder e deficiências de participação social efetiva, que tendem a reproduzir cenários de desigualdade e exclusão. A análise evidencia, portanto, a urgência de se avançar na construção de um modelo de governança hídrica democrática, pautado na transparência, na escuta comunitária e na cogestão dos recursos naturais, capaz de reconciliar as demandas de infraestrutura com os direitos das populações atingidas e com os princípios da justiça socioambiental.

## **5) Referências**

CARDOSO, A. K. L. (In) Justiça Ambiental e Gestão de Risco: Acesso a Direitos e Políticas Públicas dos Deslocados pelas Barragens de Acauã (2000) E Camará (2004) na Paraíba. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH). Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/relatorio-violacao-de-direitos-das-populacoes-atingidas-cddph/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FERREIRA, J. G.; GOMES, M. F. B.; KNOX, W. Narrativas de desenvolvimento e adaptação climática no semiárido do Rio Grande do Norte: o caso da barragem de



Oiticica. Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, v. 5, n. 1, p. 58-78, 2023.

FERREIRA, J. G. Barragem de Oiticica: impasse e reafirmação da resposta à seca no semiárido potiguar. COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 21, n. 2, abr.-jun., p. 50-67, 2024.

MOREIRA, J. F. Direito ao acesso à água: conflitos socioambientais na bacia hidrográfica Piranhas-Açu. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), doutorado em rede UFC, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC (Prodema), João Pessoa, 2017.

QUEIROZ, A. R. S. Análise dos impactos sociais de grandes empreendimentos hidrelétricos: o caso do AHE Belo Monte. 2011. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.